

ATA N.º 7/2019

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2019:

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão extraordinária do mês de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2020;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2020;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a terceira Revisão aos Documentos Previsionais do Município de Peniche (modificação 20), para o ano 2019;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia - Edifício CTT;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia, para construção de muro para ampliação do cemitério de Atouguia da Baleia;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à atribuição de apoio financeiro à Freguesia da Serra d'El-Rei - Mercado da Serra d'El-Rei;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento Municipal de Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de Crianças da Educação Pré-Escolar, da Componente de Apoio à Família de

Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública de Ensino e Ocupação de Tempos Livres;

9) Nomeação de dois cidadãos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

3.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD) compareceram no decurso da sessão, durante o período de intervenção do público, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD) e Álvaro André Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues, dos Santos (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a Vice-Presidente da Câmara, senhora Ana Rita Trindade Petinga, e os senhores Vereadores, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, tendo informado que estes deveriam identificar-se e estarem mandatados para os assuntos que iriam apresentar, sob pena de a Mesa não aceitar as intervenções.

Apresenta-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

RUI VILELA DIONÍSIO:

Disse que o assunto que o trouxe à Assembleia se prendia com um email que endereçou ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel e aos senhores Vereadores da Câmara Municipal de Peniche, no dia 30 de julho. Referiu que neste email aborda a questão de um terreno do qual é proprietário na Rua Cruz das Almas, em frente ao Hotel da PSP, em Casais do Baleal, na Freguesia de Ferrel. Disse que há uns anos deu entrada um pedido de informação prévia para um projeto urbanístico a realizar em parte desse terreno, trata-se de um terreno com 1,1 hectare e de um projeto que ocuparia cerca de quatro mil metros quadrados, portanto, 0,4 hectares.

Lamentou que este PIP e este processo se arrastem há já vários anos e passou a ler o referido email, onde fez a resenha histórica de todo este processo que se iniciou em 2012, para conhecimento de todos os presentes:

“Venho por este email expor a minha total desilusão pelo rumo que um projeto tão dispendioso e ambicioso, mas tão necessário para o concelho e para a freguesia, foi depreciado. Refiro-me a 14.600 metros quadrados que correspondem a dois artigos distintos, conforme indicado no mapa de localização em anexo.

11 de dezembro de 2012 - Apresentação de projeto de criação de um parque de caravanas que visava resolver o problema do seu estacionamento, com proposta de reverter parte da faturação do projeto para os Bombeiros Voluntários de Peniche, rejeitado pela Câmara Municipal de Peniche, a 19 de dezembro de 2012, com a justificação de uma deficiente infraestrutura de saneamento e de abastecimento de água.

20 de junho de 2017 - Dá entrada um pedido de informação prévia para construção de dezasseis fogos numa parcela de quatro mil metros quadrados a destacar do terreno maior. Estou a falar de construção na quarta esquina de um cruzamento que já possui construções nas restantes três esquinas, uma tem o Hotel da PSP, a outra tem o Parque de Campismo do Baleal e outra tem uma casa particular. Existe estrada asfaltada, infraestruturas de saneamento e um parecer desfavorável, mais uma vez, da Câmara Municipal de Peniche, a 4 de dezembro de 2017.

A 21 de fevereiro de 2018, reunião com a senhora Arquiteta Etelvina Alves para discutir alterações ao PIP de forma a tentar a resolver as questões que tinham conduzido ao parecer desfavorável. Desta reunião, depois a 7 de março de 2018, há entrega do aditamento ao PIP, na sequência da referida reunião de 21 de fevereiro de 2018.

A 27 de março de 2018, reunião com o senhor Presidente Henrique Bertino, da Câmara Municipal de Peniche, onde foi transmitida a estranheza de o PIP estar como que “na gaveta” e que, rapidamente, iria inteirar-se dos pormenores do processo e que via “com bons olhos” o mesmo.

A 25 de junho de 2018, novamente parecer desfavorável da Câmara Municipal de Peniche, mantendo a argumentação do anterior parecer desfavorável, de 4 de dezembro de 2017, quase como que “não porque não” ou por razões para indeferimento com base em ideias futuras de um plano revisto do atual Plano Diretor Municipal, que ainda se encontra em elaboração. Ignorando o PDM atual em que os terrenos se encontram em áreas urbanizáveis parcialmente infraestruturadas porque confrontam com caminhos e arruamentos com as infraestruturas básicas.

A 7 de junho de 2019 tive talvez a última reunião, com a Dr.^a Alexandra Tormenta, para manifestação da total discordância com a proposta de revisão do PDM e a proposta de alterações que se entendem fundamentais, mas a sensação foi de que a reunião para nada serviu. Apenas se tratou de um proforma pseudolegitimador de um processo que se quer fazer passar por democrático, mas que não parece ser.” Referiu que, nesta reunião, foi recusada a elaboração de uma ata e que lhe disseram que todos os comentários e sugestões teriam que ser replicados por escrito num formulário apropriado. Considerou que se trata de uma burocracia quase interminável e, concluiu, que a reunião não serviu para nada.

Continuou a dar conhecimento do conteúdo do referido email: *“Para estes terrenos foi realizado já um levantamento topográfico, foram colocados marcos, numa despesa de cerca de 700,00€, e o estudo prévio de arquitetura que também tem o seu valor em termos de despesa. Sem contar com deslocações e o tempo que os promotores dispensaram para este processo, para não falar da rentabilidade que, ao longo dos últimos sete anos, não pude dar ao meu património. Aproveito esta oportunidade para me mostrar completamente contra a solução apresentada para a revisão do PDM pelo concelho. Tive a oportunidade de assistir à sessão de Ferrel e não percebo como é possível enquadrarem uma via que me retira 40 metros de frente num terreno sem sequer ter sido consultado. Faço votos para que esta solução não avance e para que esta missiva me dê oportunidade de ver os meus problemas resolvidos. É que ser-se colocado neste limbo burocrático e injustificável é já suficientemente penalizador e incompreensível, mas ser-se colocado perante impossibilidades não claras e tecnicamente não suportadas, que apenas parecem querer servir de alavanca a outros interesses, considero inadmissível. “*

Disse que, em outubro, foi contactado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que lhe perguntou se já tinha alguma resposta dos senhores Vereadores ou do senhor Presidente da Câmara Municipal, ao qual respondeu que não.

Afirmou que pretendia obter um comentário e uma resposta à questão colocada no email. Confessou que a sensação que tinha, enquanto freguês que quer investir na Terra que escolheu para ter a sua residência, é a de passar de uma situação de querer valorizar a Terra para, agora, ter de lutar para não retalharem a sua propriedade onde querem, aparentemente, fazer passar no meio uma via com 20 metros de largura. Mostrou a sua total discordância com esta variante e, portanto, gostaria de confrontar a Assembleia Municipal com esta questão e de obter opiniões e comentários.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu ao senhor Rui Dionísio por ter vindo expor esta situação.

Disse que:

Não podia comentar a questão em concreto porque acabou de a ouvir pela primeira vez e, portanto, não a conhecia em pormenor, nem era suposto conhecer e não podia opinar sobre a razoabilidade do tempo.

A questão do tempo que a Câmara demora a dar resposta é uma questão para a qual têm vindo a chamar a atenção na Assembleia, porque preocupa e afasta investimento e afasta investidores que acabam por desistir. Afirmou que é fundamental melhorar a capacidade de resposta dos serviços e que é fundamental não perder investidores cumprindo, obviamente, as regras urbanísticas. Acrescentou, ainda, que não sabe se cumpre ou não, porque essa avaliação não lhe competia a si fazer, mas o que podia dizer era que a preocupação é que, de facto, sejam cumpridos prazos e garantir que o investimento aconteça.

Sobre a outra questão que o senhor Rui Dioniso referiu, a do PDM e das vias, disse que estavam há muito tempo sem saber nada sobre a evolução do PDM, referindo-se à Assembleia Municipal, e que a própria Comissão que foi constituída e que devia estar a funcionar para tentar melhorar o projeto do PDM não funcionava e quanto a isso também não podia dar grande resposta.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que o senhor Presidente da Assembleia fez bem em separar estas duas assembleias, não colocando numa única assembleia tantos temas, tantos assuntos, que levaria a muitas horas de discussão. Fez bem marcar esta Assembleia Extraordinária.

Agradeceu ao senhor Rui Dionísio por ter trazido este assunto.

Disse que:

Relativamente a este assunto, que toca naquilo que é a revisão do Plano Diretor Municipal, o Partido Socialista dirigiu uma carta, no dia 11 de novembro, ao senhor Presidente da Câmara com conhecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Nesta missiva manifestaram preocupação em relação a este processo que se prolonga no tempo e que foi, desde o início, mal conduzido. Referiu que não existe um documento estratégico, sobre aquilo que se pretende para o nosso concelho, e que este processo foi conduzido por um profissional com a sua equipa, referindo-se ao Professor Jorge Carvalho, não estando em causa a sua capacidade de trabalho e de conhecimento da área, que nunca aceitou os contributos da população e dos eleitos locais, o que consideram ser preocupante.

Nesta carta referem, também, que foi instalada uma comissão de acompanhamento do PDM em abril, mas que desde aí nunca mais reuniu. Concluiu que não foi possível discutir qualquer assunto sobre o PDM desde então e que esta reunião da Comissão não serviu, praticamente, para nada, porque existe uma intenção clara de quem está a dirigir o processo de não alterar, praticamente, nada daquilo que propõe, ou seja, não aceita nada do que os eleitos, os membros da Comissão e população sugerem.

Nas sessões desta Assembleia de junho e setembro, pediram para essa Comissão reunir novamente e continuam a aguardar. Mostrou-se preocupado, porque está em causa o desenvolvimento do concelho de Peniche.

O Partido Socialista não aceitará esta proposta de revisão do PDM que, se fosse votada nesta sessão a Assembleia Municipal, o voto era contra.

Espera que a situação do senhor Rui Dionísio se resolva.

José António Amador (CDU):

Disse que:

Em relação ao problema levantado pelo senhor Rui Dionísio, também, não sabia de nada.

De qualquer maneira no email dizia que há quatro meses aguardava uma resposta e considera que é tempo demais para dar uma resposta ao senhor Rui Dionísio.

Por outro lado, e para poder fazer um juízo de valor, gostaria de ouvir o que o senhor Presidente tinha para dizer e para informar sobre este problema.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Já conhecia este email que foi enviado com seu conhecimento, no dia 30 de julho.

Durante o verão encontrou o senhor Rui Vilela Dionísio e perguntou-lhe se já tinha resposta, ao que lhe foi respondido que não.

O senhor Rui Vilela se esqueceu de dizer que já investiu no concelho, nomeadamente, na freguesia onde tem uma habitação que, depois, transformou em alojamento local. Considerou, portanto, que já é um investidor e só queria continuar a ser. Referiu que em 2012 fazer um parque de Caravanas, que não avançou, poderia ter resolvido muitos dos atuais problemas, ainda mais, contribuindo para os bombeiros.

No dia 24 de outubro se lembrou de perguntar se o senhor Rui tinha resposta ou não e que já percebeu que não.

A proposta do PDM traz constrangimentos para a zona delimitada. A proposta que enviaram para a Câmara sugere, precisamente, uma alteração para aquilo que está a ser proposto para esta propriedade e para este local. Disse, ainda, que não perceberam porque é que a estrada foi proposta desta forma e já comunicaram, até por escrito, que não concordam com a mesma.

Relativamente a este assunto em concreto, afirmou que a única solução será reunir os pareceres existentes, perceber se são pareceres concretos do ponto de vista técnico ou se são subjetivos e levá-los à decisão política na Câmara Municipal, onde o assunto deve ser debatido e votado, sendo essa subjetividade transferida para a votação.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Informou a Assembleia que em relação à Comissão de Acompanhamento do PDM solicitou o ponto da situação e que o senhor Presidente de Câmara, na reunião pública de segunda-feira passada, comunicou que havia condições para reunir esta comissão em janeiro.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu ao senhor Rui Dionísio pela questão que colocou.

Disse que:

Em questões técnicas, desta natureza, gostaria que as pessoas solicitassem atendimento, pois, só assim as poderia atender.

Nestas técnicas, que desconhece, solicita sempre a presença dos técnicos.

Não se iria pronunciar sobre o processo até porque lhe parecia que a questão inicial que se colocou tem um parecer negativo para aquilo que era solicitado.

A sua participação nestes processos é no sentido de procurar encontrar soluções, uma vez que o Presidente da Câmara não decide sozinho e que um assunto desta natureza tem que ser avaliado tecnicamente e requer decisão política. Concluiu que foi sempre assim e, portanto, não estavam a inventar nada.

Tenta respeitar os técnicos, não querendo dizer que estivesse sempre de acordo com eles.

Politicamente, assume sempre as suas responsabilidades e mostrou-se disponível para, quando o senhor Rui Dioniso quiser, reunir sobre este processo e avaliá-lo novamente.

Em relação aos 20 metros de rua, isso não corresponde à verdade e que isso já foi dito e estão disponíveis para o repetir. Considerou que, por vezes, as pessoas fazem uma interpretação dos documentos que não é exatamente aquela que os mesmos refletem.

Relativamente à revisão do PDM, porque os senhores Deputados aproveitaram o momento para fazer algumas considerações, o Professor Jorge Carvalho não vai impor nada a ninguém, nem o Presidente da Câmara ou os senhores Vereadores porque a Câmara é constituída por sete elementos e, também, os documentos irão passar pela Assembleia Municipal. Sugeriu que, em vez de as pessoas falarem, muitas vezes, sobre aquilo que não conhecem bem, façam uma listagem das sugestões que pretendem propor.

Todos os que estão a trabalhar na revisão do PDM e todos os que tenham uma opinião, devem expressá-la e redigi-la.

Havia dito ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que achava que tinham condições para reunir a comissão de acompanhamento no mês de janeiro.

Acrescentou ainda, que é possível fazer uma reunião de trabalho, não precisa de ser uma sessão da Assembleia Municipal, onde poderão estar presentes autarcas e outros interessados, para debater com as equipas que estão a trabalhar na revisão do PDM e onde cada um dos presentes poderá recorrer ao mapa para expor as suas propostas, à semelhança do que aconteceu nas duas últimas reuniões com as Juntas de Freguesia, que serviram para recolher propostas e para ver o que podiam ou não alterar.

Não serão elegíveis propostas que possibilitem construir em todo o lado, porque a legislação não o permite.

Devemos aproveitar os momentos de discussão para melhorar as propostas apresentadas pela equipa técnica e pelo executivo municipal.

É errado afirmar que não foram recebidas propostas de ninguém e informou que, ainda, há muita coisa para discutir.

O regulamento do PDM é essencial.

Sobre a questão da rua que é paralela à Rua Cruz das Almas, em Ferrel, insinou-se que foi uma proposta do professor Jorge Carvalho, mas não foi, foi sua. Esclareceu que se trata de uma proposta de requalificação da Rua Cruz das Almas, que não tem dimensão. Perguntou onde é se punham vinte metros, quando se diz que a Rua Cruz das Almas passa a ter 30 metros entre a urbanização e o Balealcoop. Disse, ainda, que se pretende fazer um passeio, de ambos os lados, e estacionamento, mas que a rua não tem dimensão de forma a possibilitar a circulação de viaturas nos dois sentidos e, por isso, foi sugerido ao empreendedor que, quando fosse construir, abrisse uma rua alternativa.

Não foi nenhum técnico que fez esta sugestão, foi ele próprio que pediu aos técnicos e ao professor Jorge Carvalho para estudar esta possibilidade, que entenderam ser uma boa solução. Não está nada fechado.

Da última reunião com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia resultou uma alteração em relação à circular que era proposta, na sequência de uma sugestão do senhor Presidente da Junta chegaram a um consenso e a equipa técnica fará o desenho da solução consensualizada. Referiu, também, que a proposta de arrumamento à volta do castelo de Atouguia da Baleia foi retirada, após a sugestão da população, de vários autarcas e da Junta de Freguesia, à semelhança do que aconteceu com outra proposta de arruamento que para construir junto à Fonte Gótica. Concluiu que os técnicos estão a receber propostas e, inclusivamente, queriam que fossem apresentadas mais propostas que venham enriquecer e alertar para soluções que não são construtivas ou importantes para a população.

Estamos a procurar as melhores soluções para o concelho e não estamos aqui para fazer a vontade do professor Jorge Carvalho ou de qualquer outro técnico. Não temos de estar todos em sintonia, mas há que fazer propostas. Não se pode dizer que os técnicos não aceitam propostas, que a Câmara não aceita ou que o Presidente não aceita e, depois, não se fazem propostas. Pediu que se fizessem propostas e que alguns tem feito.

Sobre a questão de estar a demorar muito tempo, gostava que este processo estivesse terminado assim que entrou, que estivesse tudo preparado e que fosse votado.

Todos os técnicos têm a oportunidade de apresentar propostas e que todas as pessoas têm o direito de defender os seus interesses. Destacou o facto de os autarcas terem o dever de defender os interesses da comunidade e do concelho, como um todo, e que não podem consentir que se continue a construir um pouco por todo o lado e, depois, todos pagam as infraestruturas, as estradas, o saneamento e tudo mais.

Em vez de se criticar este processo e a demora do mesmo, se devia procurar uma postura construtiva, considerou, ainda, que tem havido esta preocupação por parte dos colegas autarcas.

Concordava que a comissão de acompanhamento do PDM devia reunir com mais frequência, mas escusa-se dirigir estas reuniões, porque não fala sobre assuntos que não domina em pleno, para tal havia que recorrer aos técnicos, os autarcas deveriam participar, questionar e permitir a discussão.

RUI VILELA DIONÍSIO:

Disse que:

Na sua intervenção não explicou o motivo do indeferimento e que não pretendia entrar em diálogo, mas tinha que se cingir ao presente. No presente existe um regulamento do PDM que está em vigor e, portanto, as decisões têm que ser tomadas à face da legislação que vigora, não daquela que se prevê que venha a vigorar.

Existe uma legislação em vigor e que tem que ser aplicada.

O motivo do indeferimento tem sido, sistematicamente, o artigo 12º do regulamento do PDM.

Estranha, porque existem três esquinas construídas no cruzamento e só na sua, que é a quarta, não é permitido construir. Perguntou porque é que só na quarta esquina não é permitido construir, mesmo havendo infraestruturas, eletricidade, esgotos, saneamento, uma estrada asfaltada e, também, à luz da lei em vigor, independentemente de revisões e de projetos.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que estava disponível para receber o senhor Rui Dionísio para ver o ponto de situação. Referiu que é um assunto técnico.

Disse ao senhor Deputado Ademar Marques que, naquele momento, não iriam discutir o PDM, apenas responder às questões que o senhor Presidente levantou.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Como o senhor Presidente da Assembleia sabe, o público levantou a questão do PDM, portanto, podiam discutir aquilo que o público levantou e, sobre isso, não tinha dúvida nenhuma.

Havia uma questão importante em relação àquilo que o senhor Presidente disse e que lhe pareceu ser uma contradição. Por um lado, disse que podiam fazer uma reunião para discutir, para dar ideias e para fazer propostas, mas por outro lado não reunia há seis meses a Comissão que foi eleita por esta Assembleia, designada por esta Assembleia, precisamente, para fazer isso mesmo, e isso era uma contradição insanável. Disse que essa comissão, que não inclui só autarcas inclui, também, associações com conhecimento nas matérias que estão em causa no PDM, é que podia dar contributos úteis para melhorar porque era isso que todos queriam.

Aquilo que procura insinuar de que só alguns é que se preocupam com o interesse público, ficava muito mal ao senhor Presidente da Câmara, porque todos estavam aqui a preocuparem-se com o interesse público, o que não quer dizer que não se

possam atender a algumas preocupações de alguns particulares e que, por isso, é que é importante que se saibam, também, quais são essas reivindicações.

Já foi pedida, por parte dos Vereadores do PSD, a listagem das reclamações que foram feitas, há quatro meses, e ainda não existia.

Quando o senhor Presidente da Câmara diz que ninguém quer impor nada a ninguém, até pelo decurso do tempo, acabava por estar a impor as coisas porque se ninguém discute nem pode discutir, acabava por impor as coisas.

Esta ideia de que o regulamento do PDM, o que está em vigor, é que tem que ser aplicado não era absolutamente linear, porque o facto de estar em elaboração o PDM pode ter influência nisso.

Não sabia se o regulamento que está a ser feito vai ser tão claro como o que existe hoje, em algumas matérias, e era bom que fosse mais claro do que o que existe hoje, era fundamental, porque a questão da continuidade da malha urbana, que já levantou problemas no passado, é um exemplo daquilo que deixa azo a interpretações.

O regulamento, que não conhecia, que vai ser proposto não devia deixar azo era a interpretações, ou seja, o regulamento que iremos ter deve ser o mais claro possível para que não haja margem para que os munícipes sejam tratados de forma diferente, consoante o técnico que aprecia, isso é que devia ser claro e, nisso, considerou que todos estariam de acordo.

A clareza do regulamento deve ser absoluta, vão sempre surgir margens para interpretações, mas o que se deve tentar fazer era um regulamento que seja juridicamente e tecnicamente claro para os técnicos e para os munícipes, e, portanto, esse é o apelo que fazia, era que isso seja pedido ao professor Jorge Carvalho, é que não se faça um regulamento aberto, mas um regulamento claro para toda a gente. Referiu que o senhor Presidente disse que só em janeiro é que tinha tempo para reunir a comissão de acompanhamento do PDM, achou que era uma pena, já que devia ter reunido em outubro, referindo que fizeram essa proposta ao senhor Presidente da Assembleia que convocasse, porque podia convocar a Comissão de Acompanhamento do PDM logo ainda em outubro e era uma pena que estejam a deixar para janeiro quando lhes dizem que o prazo máximo para aprovação do PDM é julho. Disse que se aqui havia alguém que não está a impor nada a alguém, achou que havia.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Sobre esta questão do senhor Rui Dionísio, esperava que o senhor Presidente da Câmara reúna com ele, mas se estava disponível hoje para reunir, deveria estar disponível, desde o dia 30 de julho, para lhe responder ao email.

Como foi colocada esta questão, não pode deixar de referir que houve reuniões com a Junta, parece que podiam ter feito as propostas todas e reuniram e não estava mais feito porque não apresentaram propostas, não era bem assim. Fizeram a reunião, já mandaram as propostas todas por escrito e ainda não estava fechado, haverão de fazer, eventualmente, mais. Relembrou que, quanto à questão de a equipa impor alguma coisa, muitos do que estão nesta sala, estiveram na reunião pública que a Câmara fez, e bem, em Ferrel e no final da discussão da Unidade de Execução do Baleal, o professor Jorge Carvalho virou-se para a plateia e disse assim: *“Ou vocês aceitam o que está aqui ou aquilo fica como está.”*, e não foi só quem ouviu isso, ouviu toda a gente que lá estava e que isso era impor.

Face às propostas que fizeram, disse que havia uma proposta de regulamento que implica diretamente o que está espelhado na planta, porque o regulamento é que diz o que é que era cada mancha, como ela se comporta, o que lá se pode fazer, etc. Referiu que falaram nesta reunião várias vezes sobre o regulamento e o senhor Presidente disse que não valia a pena falar sobre o regulamento, porque ainda era cedo para isso e porque o professor não estava presente, etc. Disse que a parte do regulamento é preponderante na questão, porque é o que diz que se vai fazer em cada área. Achou que esta reunião de trabalho que o senhor Presidente falou aqui na sala, trazendo cá as pessoas e indo ao mapa dizer o que cada um quer, achou que era mesmo isso e devia ser ainda antes do final do ano, para depois, a comissão que se vai reunir em janeiro, já ter também, o contributo das pessoas dessa reunião pública, e falarem do mapa a dizer o que queriam e o que se deve fazer, devia ser já até ao final do ano, marcada a uma hora e a um dia que desse disponibilidade para as pessoas que trabalham pudessem vir cá e divulgada com tempo, nas freguesias e nas aldeias todas do concelho.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que se esqueceu de dizer, a propósito daquela referência que o senhor Presidente fez das propostas por escrito, referindo que o senhor Presidente, naturalmente, concederá que o PSD se esforçou em fazer um documento bastante sério e longo, no sentido em que explicava cada uma das propostas que fizeram, era um documento com mais de 30 páginas, abarcando sugestões nos mais diversos locais do concelho e já antes disso, tinha feito, também, perguntas por escrito ao professor Jorge Carvalho às quais ele nunca respondeu.

Em relação a essas propostas, algumas delas foram contempladas, portanto, foram discutidas e foram contempladas, outras não, mas isso fazia parte, como o senhor Presidente disse, dos consensos que têm que ser encontrados, o que não quer dizer que não considerassem que as propostas do PSD melhorariam na mesma o PDM e, portanto, independentemente disso, o que tem que se conseguir encontrar, é uma proposta que tente conciliar os diferentes interesses, tendo o público sempre a prevalência, o interesse público deve prevalecer indiscutivelmente mas, sem pôr em causa, os direitos que estão consolidados, só para clarificar que, em relação a propostas por escrito, certamente, não era o PSD que estava em falta.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Voltou a referir que, em relação ao regulamento, considera que tem mais lógica e faz mais sentido discutir o regulamento depois de a Câmara o ter discutido, para não complicar.

Disse que:

Quando foram confrontados com o facto de que havia pessoas contra a proposta apresentada para Rua da Cruz das Almas, em Ferrel, porque lhes foi dito que a rua iria ter mais de vinte metros, isso é grave porque não é verdade.

As reuniões da comissão de acompanhamento do PDM não se têm realizado, não por sua causa, porque está disponível, mas pela pouca disponibilidade dos técnicos para fazer mais estas reuniões. Contudo, em seu entender não se deve fazer reuniões só por fazer.

Não concordava com a substituição desta equipa, nesta fase do PDM, tal como já foi sugerido. Considera que deviam dar tranquilidade aos técnicos que estão a

trabalhar no PDM, para fazer e contratar aquilo que, ainda, era preciso contratar. Informou que neste momento, está já contratado em termos de REN e de RAN e outras matérias que a Câmara, tecnicamente, não conseguiu responder, porque ainda que os nossos técnicos tenham capacidade não têm disponibilidade para o fazer. O que sugeria e o que sugeriu também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal foi, em janeiro numa data a concertar, realizar essa reunião da comissão de acompanhamento. Considerou que devia ir para além disso e marcar uma reunião com os autarcas que queiram estar presentes, reunião essa aberta ao público onde cada possa expor os seus pontos de vista.

JOÃO CAMPOS:

Disse que:

O que o trouxe à reunião era o assunto das praias. Achava que, no próximo ano, a Câmara Municipal iria tomar conta das praias e, de qualquer maneira, já o ano passado falou sobre a época balnear. Todos os anos os concessionários se deparam com um problema que se chama nadadores-salvadores que, como são estudantes, só estão disponíveis a partir do dia 15. Não conseguem arranjar nadadores-salvadores até ao dia 1 e que, por isso, estavam a levar coimas e com problemas. Gostava que passasse, pelo menos em Peniche de Cima, que não tem tanta gente nessa altura, o que tinham era as escolas de surf, para 15 de junho a 15 de setembro, porque em setembro não costumam ter banhistas, mas sim, surfistas.

Deveria existir um plano integrado e gostava que esta Câmara se pronunciasse sobre isso. Os concessionários pagavam os nadadores-salvadores à Câmara que, por sua vez, arranjava uma equipa e tomava conta disto. Assim, prestava um bom serviço e decidia se queria ter quatro ou seis meses de época balnear. Disse que não iriam fugir às responsabilidades em relação àquilo que estavam acostumados a pagar e durante o mesmo *timing*. Desta forma, não haveria problema em querer abrir mais tempo, suportavam os custos e deixavam de ter este problema. Os concessionários não tiravam qualquer partido do alargamento da época, porque não tinham barracas, não tinham nada.

Que tinham outro problema grave para resolver referindo que, em termos de escolas de surf, Peniche tinha mais licenças emitidas do que todo o Algarve, Alentejo e Costa da Caparica, juntos. O problema é grave, não param de chegar e cada vez são mais.

Não se lembrava de tantos acidentes como no ano passado. Na Praia de Peniche de Cima tinham três vezes por dia ambulâncias a fazer a evacuação de pessoas e que isso se devia ao número de pessoas e de escolas de surf naquela praia. Chegam grandes grupos de pessoas que, não são dali e não têm nada a ver com aquela zona, invadem a zona porque não existem regras. Estava na altura de as pessoas falarem e, com bom senso, definirem zonas para as pessoas poderem trabalhar e restringir, dentro dessa zona, o número de escolas. Aquela zona devia ficar para as escolas dali e já eram muitos. Não deveria ser aberta a toda a gente, porque quando estão a trabalhar e aparece uma escola com 200 pessoas, destabilizava por completo, estraga-lhes as aulas e provocam acidentes em todos os alunos. Disse que não estavam a vender um produto de qualidade, estavam a vender massas, barato e de má qualidade.

Existe um outro problema que se chama *surf camp* e que se está a promover cada vez mais em Peniche e isso era grave para a economia local. Estão a vender o *low cost*,

mais barato que há à escala global, pequeno-almoço, almoço, jantar, aulas de surf, dormida. Isso está a prejudicar imenso, não dá dinheiro aos restaurantes, não dá dinheiro aos bares, não dá dinheiro a ninguém. Dever-se-ia pensar nisto e acabar com isto, porque toda a gente deveria ganhar dinheiro. As pessoas deveriam ir aos restaurantes e aos cafés, e todos ganhariam com isto.

Os grandes grupos de *surf camps* que estão a chegar, vão trazer aos 200 e 300 alunos, vão criar um problema grave, porque vão roubar trabalho aos que são de cá, vão encher a praia com as escolas deles e os locais não vão ter espaço para trabalhar ou, pior, como aqueles vendiam o tudo incluído, os locais ganham zero. Já viu isso noutras partes do Mundo. Cabo Verde e Marrocos passaram por isso, a França meteu regras e se quisessem copiar bem, copiassem o exemplo francês. Em França para criar uma concessão, tinham um espaço na praia organizado e tinham uma escola de surf de quatrocentos em quatrocentos metros. Não é como aqui que num intervalo de quatrocentos metros metiam 20 escolas de surf. A melhor forma seria definir um procedimento entre as escolas que estão naquela zona até à Cova de Alfarroba, que podiam distribuir e combinar entre todos e suportar a assistência, ficando com a exclusividade do espaço. Não se iria restringir e impedir as escolas de fora de dar aulas, não havia problema nenhum, tinham a Almagreira, que até à Aberta têm vinte quilómetros, portanto, só não tinham que ir todos para o mesmo sítio. O problema ficava resolvido e tinham turismo de qualidade, porque o que estava a acontecer, na realidade, era a vinda de “escumalha” do surf global.

Se não quisessem ver continuaria tudo na mesma e diziam que a praia estava cheia, mas não que ganhavam dinheiro, porque não é isso que gera receita. Disse para perguntarem às lojas de desporto, no Baleal, que vendem material de surf que poderão confirmar que tipo de clientela que está a aparecer.

Sobre o sistema dunar da praia de Peniche de Cima acha muito engraçado quando se fala de as pessoas andarem sobre a duna, que estragam a duna, mas que a realidade que havia ali não era essa, era outra completamente diferente e deveríamos aprender com os erros. Disse que há quarenta anos havia um problema grave de, com uma nortada, a areia ser levada para junto do muro do Fialho. As máquinas foram ao local, empurraram a areia na direção do mar, meteram-lhe terra por cima e esta solução durou 40 anos, até aos dias de hoje. Disse que entre o seu bar e a Gamboa, onde havia uma estrada de um lado ao outro, por cima, o sistema dunar entre aquela escada e a primeira escada já galgou todo para o lado da estrada. Como penicheiro custa-lhe ver perder-se todo o sistema dunar para a estrada que é o que está a acontecer e o que vai acontecer. Seria inteligente agarrar naquilo tudo e voltar a meter na praia, contrariando o sistema, porque há um desequilíbrio. O vento predomina de norte e, constantemente, projeta a areia para sul, a solução não é colocar paliçadas, vedar a praia ou dizer que as pessoas não podem lá estar. Era necessário fazer uma parede com 50 metros de altura para o vento não mandar a areia para lá. Dever-se-ia ver o que foi feito anteriormente, ver as fotografias antigas dos últimos 30 anos e observar o processo dunar e perceber o se estava a passar. Dever-se-ia fazer uma zona tampão em cima, nessa mesma estrada, e levar a areia toda de volta para a praia, se não vão cometer um erro. A senhora da APA disse-lhe que não havia problema quando a areia chegar à estada retira-se e depois continuava-se o enrocamento da Gamboa. Disse que com o enrocamento da Gamboa e aquelas pedras até cá abaixo acaba-se a praia, tal como acabou na Gamboa, não servindo nem para banhistas, nem para escolas de surf, nem para coisa nenhuma. Não é isso que

quer para a sua cidade. Disse que não estava contra o senhor Presidente da Câmara, estava apenas a alertar para as situações da nossa cidade. Referiu que a sua cidade o preocupava, mas também haver postos de trabalho para a sua gente. Queria ver a sua terra desenvolver da melhor maneira, para isso, as coisas tinham de acelerar, era necessário ver o problema e encontrar soluções. Disse que está na altura de atuarem e de fazerem alguma coisa.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu ao senhor João Campos pela sua intervenção. Disse que já falaram várias vezes sobre a questão das escolas de surf e da necessidade de criar zonas e regras para as escolas de surf e, também, falaram de uma outra questão, que o senhor João Campos não falou diretamente, mas que está subjacente, que é a fiscalização dos *surf camps* e dos alojamentos que é fundamental para garantir alguma justiça para quem faz investimentos e procura receber bem as pessoas e depois têm concorrência, que não só é desleal, mas é ilegal e que sabemos que existe. Em alguns casos tem havido intervenção, mas noutros não tem. Sabiam que é muito difícil, também, controlar este fenómeno, porque parecem cogumelos, mas era importante que este esforço fosse feito, precisamente, para qualificar o destino.

Se o senhor João Campos ouve as Assembleias com alguma frequência, também, já nos ouviu a lamentar a falta de uma estratégia turística, de uma estratégia para a área do Turismo. Têm-no dito várias vezes, era uma realidade, não tem aparecido e era, precisamente, perceber o que queriam que Peniche seja, quem é que queriam atrair para cá. Disse que não iria qualificar se são melhores ou piores, mas, sobretudo, tem que ser gente que beneficie a economia local. Esta é a questão essencial e, portanto, tem que ser pensado nesse sentido. As regras têm que ser para que isso aconteça, ou seja, as regras não são aleatórias, são para que isso possa acontecer e se as regras desagradarem a algumas pessoas, é a vida, é isso que é o interesse público, é desagradar a algumas pessoas, mas que a generalidade fique melhor. Portanto, a mesma preocupação que o senhor Presidente expressou com o interesse público é a mesma que aqui se deve colocar.

Em relação ao sistema dunar disse que nessa matéria era um leigo e, portanto, não se iria pronunciar.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Agradeceu ao senhor João Campos pelas questões colocadas e disse que concordava com ele em muitas coisas.

Disse que:

Quanto ao sistema dunar comungava do dito pelo senhor Deputado Ademar Marques, era um assunto em que não tinha muito conhecimento para se expressar.

Quanto à época banear afirmou que é aquilo que vem propondo que seja de junho a setembro, desde 2014.

Além de surfistas, há a questão dos banhistas, porque as pessoas que estão aposentadas também merecem ter condições na praia, mas quando acaba a época banear, havia casos em que as pessoas se queixavam que deixariam de ir à praia porque não tinham lá os nadadores-salvadores e não tinham condições para usufruírem da praia na qualidade de banhistas. Quanto aos nadadores-salvadores informou que conhece, já o tendo indicado nesta Assembleia, o exemplo da Nazaré que é a Câmara Municipal que trata da praia e dos nadadores-salvadores, em articulação com a Proteção Civil. A Nazaré

é aquilo que se ouve no Mundo inteiro porque há aquele trabalho que é feito por aquele Presidente e por aquela Câmara.

Quanto à fiscalização destas questões, era preciso fiscalização no terreno, mas também era preciso que se fizesse alguma fiscalização no licenciamento. Deu o exemplo da Ericeira em que o licenciamento para algumas atividades parou e ficou definido por alguns limites. Defendeu que era necessário balizar limites e que, em alguns casos, os licenciamentos deveriam ser mais caros para assegurar, também, alguma qualidade através do licenciamento. Se não houver este cuidado com o número de licenciamentos, de escolas de surf ou de alojamentos locais, a qualidade perde-se. Considerou que em alguns casos, neste momento, já haviam camas a mais por causa da fraca oferta. Mostrou-se, assim, concordante com aquela tese e é nisso que tem colocado a tónica também. Além disso, também considerou que não podiam promover apenas e só o surf, deveria haver outras atividades para os banhistas e até atividades desportivas. Nas praias existem poucos equipamentos para os banhistas que não queiram praticar surf. Gostaria que, nas praias, em Peniche, existissem condições para as pessoas com mobilidade reduzida terem acesso ao mar. Como gostava muito do exemplo da Nazaré, vai vendo e lá, foram galardoados por serem a praia mais acessível do país este ano

Comungava das preocupações referidas e que já colocaram essas questões na Assembleia por diversas vezes. Espera que, em breve, sejam discutidas e executadas medidas, era isso que queriam porque já perderam muito tempo com estas questões.

José António Amador (CDU):

Agradeceu ao senhor João Campos pelas três questões que colocou.

Disse que:

Sobre o problema dos nadadores-salvadores e o alterar as datas que o senhor João Campos colocou, achou que era uma solução e que devia ser discutido com a Câmara e deveria ser encontrada uma maneira de resolver este problema.

Sobre a questão de Peniche ter mais escolas de surf do que o Algarve e alguma parte do litoral alentejano, respondeu que era natural porque no Algarve não há ondas, é sempre um mar calmo e era por isso que um terço dos portugueses ou mais, passavam as suas férias no Algarve e tinham as ondas aqui por tudo quanto é sítio.

O senhor João Campos tinha razão quando disse que tinha que haver regras nas escolas de surf, não podia ser o “regabofe” e aí estava inteiramente de acordo.

Sobre a questão do sistema dunar também lhe deu razão. Recordou que foi Vereador da Câmara Municipal de Peniche, em 1980, era Presidente da Câmara o senhor Luís de Almeida. Disse que sempre tiveram um problema sério com as dunas e só tinham uma entrada e uma saída, ainda não havia a rotunda da Santa para o porto de pesca e passava tudo por ali. Disse que quando havia nortada a estrada ficava quase intransitável com a areia que vinha das dunas, que não tinham proteção. Referiu que havia ali o Fialho e que as portas ficavam todas cheias de areia. Na altura o sistema que encontraram, depois de muita discussão, foi encher a duna com chorões e aguentou-se durante muito tempo. Disse não ter a certeza que aquela fosse a melhor solução, mas era algo a ter em consideração na altura de encontrar uma solução para travar a areia e não deixar que aquelas dunas comecem a desvanecer porque são lindas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Passaram 40 anos e que é impensável propor à APA uma solução baseada na que foi adotada em 1980/1981 que consiste em colocar terra e chorões, destruindo o resto das dunas.

Em relação à questão da época balnear se tratou de uma decisão da Câmara, por unanimidade. A época balnear e o período de viagens para a Berlenga têm de ser alargados e considera que os senhores Vereadores, muitos autarcas e a população comungam desta opinião. É necessário criar melhores condições e concorda quando se propõe melhores condições e praias mais acessíveis.

Não gosta de fazer comparações porque o nosso concelho tem coisas muito boas, nomeadamente, as praias que raramente estão sujas e onde está implementado um sistema de limpeza e de recolha de limos, que outros concelhos não têm, e que por isso o Município foi premiado.

Estão à espera que sejam entregues os 18 dossiers dos concessionários de praia que têm contrato com a APA e ainda não foram. Têm o registo, mas querem avaliá-los. Tiveram uma reunião com todos e a solução proposta, e que o senhor João Campos já fez referência, é no sentido de a Câmara ficar com a gestão dos nadadores-salvadores. Até pode ficar, mas não é a Câmara que tem que pagar. Até pode criar e o sistema de organização poderá passar por outras instituições locais, tais como, o clube de surf, a associação de surfistas, a associação dos concessionários, mas tínhamos de procurar uma boa solução. Não se podia continuar a pensar, pelo menos, nos anos mais próximos, que se inventam soluções para a Câmara assumir mais responsabilidades financeiras, porque não podia e quem pensasse nisso estava errado. Temos que subir substancialmente as receitas e tinham que tentar encurtar as despesas e os custos. Estamos num período de transição entre o modelo e outro e que não era fácil, a partir do momento que é uma instituição pública e a contratação fazia-se como se fazia era muito mais difícil.

Em relação às praias, estavam à espera de conversar com os concessionários. Já sabiam os valores que eram praticados, já sabiam qual era a dimensão e tinham o valor global. Ainda não sabiam o que cada um paga, mas isso tinha de ser discutido com os concessionários. Tal como a questão dos nadadores-salvadores, que podia ser posta a discussão e podiam avaliar vários tipos de soluções, quem suporta e outras questões.

É inteiramente favorável, e julga que todos concordam, a que se estabeleça uma regulamentação não só para a exploração dos espaços, mas acima de tudo para a salvaguarda das pessoas que usam o espaço para além, também, dos surfistas. Se não for feito existe o risco de, em algum momento, haver um acidente mais grave. Considera que é uma obrigação olhar para a legislação que existe e estabelecer regulamentos que se adaptem à realidade das nossas praias. Tendo em consideração que a extensão de costa e areal do nosso concelho acarreta responsabilidades acrescidas. Desde os Belgas (de Óbidos), até à Gamboa, quase sempre de seguida, e depois iam do Molhe Leste até à Consolação e outros pontos que nem sequer têm praia e que, também, mereciam alguma vigilância. Esse era o grande desafio de fazer uma grande mudança neste concelho, nos próximos anos, e que tem de ser feito.

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

Sobre a questão que foi apresentada pelo senhor João Campos, que lhe parece particularmente importante, em grande medida já foi respondido com afirmações quer do senhor Presidente, quer do senhor Deputado Ademar Marques, com o qual também

está de acordo, afirmando a necessidade da defesa do interesse público nestas questões. Desse ponto de vista, muitas vezes, os empresários apresentam problemas e sugestões de resolução, embora todos devemos saber, como disse, também, o senhor Presidente, que a função social da Câmara não é substituir os empresários, portanto, há uma função que diz respeito à sua própria organização sobretudo organização de propostas para que não passe a gestão das atividades correntes para a Câmara, mas devem ser assumidos pelos empresários porque é essa a sua função social. Desse ponto de vista, perguntou quais são as propostas dos empresários, nomeadamente, dos concessionários, as empresas que o senhor João Campos referiu que vendem material, os restaurantes, os hotéis, alojamentos locais, *surf camps*, empresas de surf, que formas já encontraram para fazer propostas concertadas quer à Câmara, quer a outras instituições.

Esse é um problema que existe em Peniche. O retrato que o senhor João Campos apresentou é real e é dramático, pode pôr em causa o próprio desenvolvimento do turismo nos próximos anos. O problema era que do lado empresarial parece não haver iniciativa, apenas propostas individuais que cada um apresenta. Já vieram a diversas sessões das Assembleias Municipais vários empresários, de várias origens, que apresentaram problemas em tudo semelhantes. Mas, ainda por cima, com o problema de o período da época balnear ser, na prática, mais extenso do que julho, junho e setembro, e uma parte do período balnear não teve nenhuma proteção. Portanto, todas estas atividades precisam de ser acompanhadas no interesse público, não na defesa do interesse privado, não era desse ponto de vista que cabia à Câmara intervir, mas na defesa do interesse público. Os interesses privados se devem organizar e propor alternativas, propor sugestões não de modo individualizado. Disse que o senhor João Campos, como empresário, veio à Assembleia Municipal e achou bem que tivesse apresentado o seu problema, mas que era um problema individual. Apesar de haver uma associação empresarial de Peniche que, por aquilo que se apercebia, não tem muitos associados relacionados com estas atividades ou, pelo menos, não tem feito apresentação de propostas que contemplem estes problemas que não são apenas da hotelaria, da restauração ou do fornecimento de serviços para o surf e outras atividades de desportos de deslizamento. Deve haver uma concertação, de facto, e termos discutido os interesses que estão em causa e das suas implicações. Fazer uma avaliação de quais são os impactos em médio prazo, sobretudo, e saber então, perante esses cenários, quais são os investimentos, quais são as regulações que tem de ser aprovadas e desenvolvidas porque se não, estaremos a discutir casos pessoais.

Ademar Marques (PSD):

Com o devido respeito, considerou que aquilo que o senhor Deputado António Moniz disse não era totalmente verdade. Referiu que os concessionários de praia têm uma associação que tem feito intervenção e propostas, inclusivamente, em processos concretos como da revisão do POC e que devem fazer ouvir a sua voz, mas quem tem que arranjar as soluções são os autarcas, sobretudo quem está na Câmara Municipal, ou seja, independentemente das propostas, havendo um problema, não era aos empresários que competia a obrigação de arranjar uma solução, era aos autarcas, é para isso que são eleitos e portanto, achou que não era verdade aquilo que o senhor Deputado António Moniz disse, por um lado, porque existe uma associação e existe trabalho desenvolvido enquanto associação, enquanto grupo, mas independentemente disso, achou que não era

aos empresários, não tinham que lhes exigir as respostas, tinham que lhes apresentar soluções e contar com a opinião deles e com as soluções que eles apresentaram.

António Moniz (GCEPP):

Disse que existiam associações, também, de escolas de surf que estão a ter um esforço de concertação. O disse foi que existe pouco diálogo entre estas associações para apresentarem propostas estratégicas de conjunto. Referiu que, ainda, não ouviu na Assembleia nenhuma proposta da associação do setor dos concessionários, mas de qualquer modo, e acredita que já tenham feito em momentos anteriores, mas estava a falar de propostas conjuntas que ajudem os autarcas a tomar decisões sobre interesses coletivos e não apenas sobre problemas pessoais. Porque se não, não avançamos muito em termos de novas ideias e novas estratégias que possam ser mais aprofundadas para encontrar essas soluções que deviam encontrar, sem dúvida, estando de acordo com o senhor Deputado Ademar Marques, não podia era ser avulso, era isso que quis dizer, portanto, também, enquanto autarcas podiam estar à espera de uma resposta mais concertada.

JOÃO CAMPOS:

Disse que:

Achou que não se fez entender, a sua preocupação não era como empresário, era como penicheiro. Perguntou o que achava de Peniche ao Baleal ter a praia completamente carregada de escolas de surf onde quem quer tomar banho não conseguia ir à água. Perguntou o que achava de um concessionário pagar aos nadadores-salvadores, referindo que tem de ter dois que lhe custavam 3.000,00€ por mês, com as escolas de surf a encherem-lhe a concessão e com acidentes todos os dias. Perguntou se achava que não era uma pessoa preocupada com os utentes que têm na praia. O que viram este ano foi agressões a nadadores-salvadores e ameaças e era isso que estavam a ter na praia. Como penicheiro achou que era um grave problema e não era isso que queria na cidade. Queria empresários a trabalhar honestamente, empresários do surf e concessionários a trabalhar honestamente e a dar o melhor de si para que tudo corra bem, mas o que tinham em Peniche era uma guerra civil do surf. Estão a ocupar a praia toda e a impedir as pessoas de ir à praia tomar banho com os miúdos, ninguém tem paz e mandam as pessoas todas embora. Disse para se perguntar aos penicheiros, desde o Molhe Leste até aos Supertubos, desde a sua concessão até ao Baleal, o que se passa. Isso é uma realidade e que não era só consigo, era com todos. Disse que se havia pessoal que não gosta de falar, ou que não se está para chatear, que pensa que a Câmara é que tem de fazer, os políticos é que devem fazer... porque o que achava era que os políticos deviam ouvi-los e depois de os ouvirem a todos, tiravam as suas ilações para criar regras. Disse que já estava farto de perder tempo a explicar a realidade do que se passa nas praias. Perguntou se tinham alguma coisa contra os empresários e alguma coisa contra quem é empreendedor e tenta fazer o melhor pela sua cidade. Disse que se preocupava muito com a nossa cidade e achou que devia haver zonas de surf e zonas só para banhos e que todos deviam ser punidos quando infringirem a lei.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA

FIXAÇÃO DE TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA O ANO DE 2020:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Se não fosse esta parte final as pessoas poderiam ter ficado com dúvidas sobre o que era a intervenção do senhor Presidente da Câmara, porque sobre o IMI, praticamente, falou no último minuto e antes parecia a intervenção sobre as Grandes Opções do Plano, mas ainda assim sem concretizar como normalmente não concretiza. Para justificar a necessidade de impostos, supõe que seja com esse objetivo, que é uma necessidade que sempre houve em todas as autarquias e em todos os governos foi de haver impostos para fazer o investimento, é para isso que servem os impostos, para se aplicarem nas obras que se decidem fazer em cada momento. O senhor Presidente falou nos grandes investimentos, nas grandes ideias e nos equipamentos, mas nunca concretiza. Pelo que sabia os grandes equipamentos ou as grandes obras que estão para acontecer são o Fosso da Muralha e a ex futura Biblioteca e que são do mandato passado.

A ciclovía que o senhor Presidente da Câmara mencionou apesar de o desenho final ter sido aprovado neste mandato começou, também, no mandato passado. Era um projeto do seu antecessor que foi uma reivindicação, em boa parte do senhor Presidente de Junta da Atouguia da Baleia de então, negociada em parte, também, com o senhor Presidente da Câmara, enquanto Presidente de Junta de Peniche.

Para fazer estas obras já estavam previstas verbas nos outros orçamentos todos, porque isto já devia ter começado há muito tempo e aí concordavam todos certamente. O senhor Presidente da Câmara também concordará, porque ambos estão nesta Assembleia há dez anos, referindo que o senhor Presidente já estava há mais e que ele próprio estava há dez anos.

O Partido Social Democrata, em matéria de impostos, tem sido absolutamente coerente nas suas posições ao longo destes dez anos, pelo menos. Sobre estes podia falar porque votou sempre de uma forma coerente, não votou sempre da mesma forma, mas foi sempre coerente na forma como votou. Aquilo que sempre defenderam é que os impostos devem baixar sempre que é possível baixar e que os impostos são um dos poucos instrumentos que os Municípios dispõem para poder influenciar, de alguma forma, a economia local. E, portanto, aquilo que a Câmara pode fazer com os impostos é baixá-los para estimular alguma coisa ou para tornar mais justo alguma coisa.

Considera que a taxa de IMI é uma taxa bastante positiva para os munícipes e é uma taxa relativamente baixa, apesar do senhor Presidente não ter concretizado qual é a proposta da Câmara, é igual à do ano passado e está perto do limiar mínimo da taxa de IMI. Mas como o senhor Presidente da Câmara sabia, e acabou por dizer, isso não a torna justa, nomeadamente, na questão que o Partido Social Democrata sempre defendeu das majorações e das minorações enquanto instrumento para estimular a reabilitação urbana. É para isso que servem as minorações e majorações, não é para o Município ter mais ou menos receita. Com a existência deste instrumento, que é aumentar aos prédios devolutos e diminuir a quem faz obras, estamos a estimular a economia, mas sobretudo a reabilitação urbana. Esse instrumento que nós temos previsto há alguns anos, por insistência do Partido Social Democrata, e que podia estar a ser utilizado não está a ser

devidamente utilizado porque a lista que o senhor Presidente disse que foi arranjada, é a lista que existia do ano passado retocada. Basta olhar aos números, são menos os prédios este ano abrangidos do que no ano passado. Está no quadro síntese, no fim, era olhar para os números e são menos este ano do que no ano passado. Basta dar uma volta rápida pelo concelho para perceber que o que aquilo gera era uma injustiça, porque estas pessoas que estão a pagar mais porque têm prédios devolutos deviam pagar mais, mas os outros que estão na mesma situação não estão a pagar como deviam. Por outro lado, os que deviam ter o IMI minorado porque fazem obras, também, não estão a ter enquanto outros estão, portanto, é uma questão de justiça o trabalho que deve ser feito. Já no ano passado disse e voltou a repetir que só não vota e não podia votar a favor da proposta do IMI, porque esse trabalho não era feito. Disse que estava a ser absolutamente coerente, referindo que a proposta devia ter um trabalho por parte dos serviços da Câmara que criasse justiça para os munícipes e não estava a ter, não teve no ano passado, e disse-lhe isso na Assembleia bastava ir ler a ata, e não teve este ano. A listagem que era apresentada com as minorações e as majorações é a mesma, apenas retocada. Lamentou que, uma vez mais, não tenha sido feito este trabalho para aumentar a justiça na questão do IMI. A taxa é boa, mas naquilo que é o instrumento que está associado para a reabilitação urbana e que permite aumentar o IMI àqueles que têm prédios devolutos e diminuir àqueles que fazem obras, simplesmente não estava a funcionar e devia estar. Poderá contar com a sua abstenção, mas não podia contar com o seu voto favorável.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Relativamente a esta questão e, nomeadamente, a questão do IMI, o Partido Socialista sempre foi coerente nesta matéria. Sempre defenderam uma descida até à taxa mínima estipulada pela lei, porque consideravam que, sendo um imposto que abrange muitas famílias, deveria ser uma forma de aliviar a carga fiscal. Já o defenderam no mandato anterior e continuarão a defender até descer à taxa mínima. Referiu que, obviamente, o senhor Presidente fala na falta de receitas para fazer alguns investimentos, mas se o senhor Presidente trabalhasse o suficiente na questão das concessões que não pagam há vários anos os valores mensais, se calhar, teria uma receita muito maior e conseguiria aplicar essa receita nos investimentos que tem que fazer.

O senhor Presidente falou de uma questão que é o novo edifício dos Paços do Concelho. O Partido Socialista é contra até porque, referindo que isto podia ser falado na questão das Grandes Opções do Plano, aquilo que se projeta noutras cidades já não era nada de edifícios novos e que isso era um pensamento completamente ultrapassado. Tem que se apostar na reabilitação e o Município deveria ser o primeiro a dar o exemplo, em pegar em edifícios que estão devolutos, por exemplo, para colocar lá os Serviços Municipalizados de Águas ou para criar uma rede de arrendamento para jovens, se calhar, seria essa a forma de apostarem na reabilitação e, também, para ter os edifícios para o Município evitando a construção de novos edifícios que um dia mais tarde, não só a sua construção serão milhões de euros, para os manter ainda sairá mais caro.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Relativamente aos impostos tinha só uma dúvida, e perguntou diretamente ao senhor Presidente uma questão que já vinha a colocar desde o mandato passado, se no imposto da derrama foi considerada a entrega de uma parte deste imposto às Juntas de

Freguesia, porque não é só a Câmara que dá apoio a empresas. Existem empresas às quais só a Junta dava apoio. E se a Câmara tem falta de receita, a Junta tem ainda mais.

José António Amador (CDU):

Sobre o ponto em discussão, o IMI, disse que também são coerentes em relação a esta matéria visto que não tem aumento. Já o ano passado também não teve, há dois anos também não teve e como o concelho de Peniche, na Oestecim, é dos concelhos que tinha o IMI mais baixo e só é ultrapassado por Caldas da Rainha, disse que iam ser coerentes e iam votar favoravelmente.

Sobre a questão da derrama, que o senhor Presidente de Junta de Ferrel falou, tanto no segundo como no terceiro ponto o voto da Coligação Democrática Unitária é favorável, como sempre.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Tinha que ser justo com os serviços. Os recursos estavam alocados a um conjunto de trabalhos, de tarefas e de objetivos. A equipa que trabalha e que faz a avaliação dos edifícios é a mesma equipa que, também, faz outros trabalhos e fazem todos parte de uma equipa técnica, ou pelo menos, aquele que dirige estas avaliações, que acompanha as vistorias aos alojamentos locais, e que é de uma exigência tremenda. Tem a noção de que houve um esforço muito grande, embora pudesse parecer que era uma coisa muito fácil.

Também gostaria que todos os edifícios tivessem sido avaliados, que havia um objetivo de que essa avaliação seja consequente, que não seja suspensa e que todos os anos possam haver mais edifícios avaliados.

Em relação à questão do novo edifício dos Paços do Conselho, das opções e da requalificação dos edifícios, disse que podiam discutir um dia destes, quando quisessem, até porque o programa está feito pelos serviços, as áreas estão calculadas para depois perceber quais seriam os edifícios onde se ia meter isso tudo e quais as condições, na envolvente, para um serviço desta dimensão. Isso foi feito, não foi totalmente feito, em Torres Vedras, mas era um grande edifício e perguntou onde é que tinham um edifício daquela dimensão, inclusive, para fazer dois pisos de cave para estacionamento. Era bom que tivéssemos, mas agora tinham que fazer a avaliação, que está feita.

Um dia destes, também, podiam falar, até no dia das GOP, podiam trazer a listagem de todas as candidaturas. É verdade que estava iniciado o projeto do passadiço que hoje está a ser executado que, por acaso, tinha uma largura de 2,5 metros e o senhor Presidente disse que eram 4 metros, porque mereciam quatro metros e porque iria servir uma população do sul do concelho, que era necessário estimular a passagem por ali e, também, porque servia alguns eventos, em termos turísticos, de vital importância e que um deles é a prova principal de Surf e outras. Existe muita gente que anda a pé e de bicicleta e pretende-se estimular que sejam cada vez mais. Referiu, também, porque parece que herdaram tudo feito e que nada se fez nos últimos dois anos, que foi criada uma ponte pedonal por baixo do IP6 e, por fim, salientou que este projeto tinha cem mil euros e agora eram duzentos e cinquenta mil euros, portanto, havia uma alteração substancial.

Considera deveríamos ter um circuito muito grande de passadiços e que, por acaso, aprovaram e não havia nenhum estudo. Intenções havia muitas referindo que,

também, tem uma lista de intenções e de investimentos que o concelho precisa para os próximos dez anos e não está acabado. Os últimos três passadiços, junto ao "Bocaxica", Sol Village II, Balealcoop ou Sol Village I, eram mais de seiscentos mil euros e, também, não havia projeto. Para a Musealização dos Fornos Romanos do Morraçal da Ajuda, também, não havia e era um projeto muito interessante, está aprovado e vão ver se conseguem executar. Para o *San Pedro de Alcantara*, não havia a requalificação do espaço em frente ao Porto da Areia Norte. Também, para falésia do Porto da Areia Sul, por trás daquilo que foi uma concessão da Câmara, não havia projeto e, neste momento, estavam esperançados de que venha a ser aprovada uma candidatura no valor de quinhentos mil euros. Espera executar a requalificação das Muralhas de Peniche que nunca foi requalificada e é mais de 1 milhão e quinhentos mil euros. Que se aparecessem mais oportunidades iriam a todas e até arreliaava não haver capacidade para fazer mais. Não estavam, neste momento, preocupados com os 15% e têm que ir fazendo projetos, têm que ir tentado, lançando empreitadas e projetos de execução, porque é a nossa missão. É um grande desgaste e dedicava uma particular atenção porque é esta oportunidade. No fim iriam perceber que o envolvimento financeiro é muito grande, mas a vontade também é muito grande. Gostariam de construir um passadiço desde Supertubos até à Consolação ou do Sol Village II até ao Baleal e, se tiverem oportunidade, vão lançar essas candidaturas, como outras, que estão ensaiadas e que serão propostas à Câmara a seu tempo.

Em relação ao que o senhor Presidente da Junta de Ferrel referiu sobre a derrama, perguntou por onde é que seria paga a obra na Rua da Nossa Senhora da Guia, ou as obras do cemitério que até é da freguesia e que estava na Ordem de Trabalhos, um apoio para a freguesia de Atouguia da Baleia, porque tem que ser dado esse apoio e outros investimentos. Se se tiver de adquirir espaços de duas casas na curva onde há acidentes graves em Ferrel, obviamente, que era com as verbas resultantes dos impostos e das receitas que a Câmara tem. É, também, destas verbas que saem os apoios para as freguesias. Perguntou como é que podia ser de outra forma e que, se queriam esvaziar as receitas e a disponibilidade financeira da Câmara para distribuir de outra forma, os senhores deputados e os membros da Câmara é que decidiam e nós só tínhamos de executar.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Achou ótimo que o senhor Presidente encomende projetos e que faça projetos dos passadiços. Sempre defendeu na Assembleia Municipal que a Câmara devia investir nessa matéria e devia tê-lo feito no mandato passado e ainda bem que tem projetos e saudou, também, a iniciativa de lançar o projeto da reabilitação da muralha de Peniche, muito necessário. Mas não foi disso que falou. Aquilo que referiu foi que o senhor Presidente justificou com as obras que vão começar no próximo ano a necessidade de impostos e essas não são as obras que estão aprovadas para começar no próximo ano, são as obras que tinha a intenção de fazer para o futuro e ainda bem que tem. Disse que o ponto que estavam a discutir é o IMI e, portanto, apenas estava a dizer que as obras que vão começar no próximo ano são as que estão previstas, em orçamento, há vários anos.

Em relação à derrama, já no ano passado, fez um resumo da história da derrama. A posição do Partido Social Democrata, também neste aspeto, tem sido coerente, referindo que ela foi imposta enquanto instrumento para terem receita para

fazer face ao desequilíbrio financeiro que existia em 2011 e era transitória. Era transitória, precisamente, porque devido à sua localização geográfica Peniche já tem um desincentivo ao investimento devido à sua localização e deviam eliminar outros desincentivos e um deles é a derrama. As empresas, hoje, fazem cálculos a muitos anos, não fazem cálculos a três anos de isenção, fazem cálculos a 10, 20 anos e o facto de haver uma derrama é penalizador na decisão de investimento. Tanto é que, como o senhor Presidente sabia e também foi dito na Assembleia o ano passado, haviam empresas que já mudaram a sua sede de Peniche para deixarem de pagar a derrama. São contra a derrama porque entendem que se devia fomentar o investimento e que uma das poucas formas que a Câmara Municipal tem de fomentar o investimento é baixar nos impostos, de uma forma justa, e esse imposto sobre o lucro nunca existiu em Peniche até há seis anos e, portanto, entendeu que devia deixar de existir novamente e, portanto, votará contra a derrama.

Em relação ao IRS, o Partido Social Democrata, também, defendeu sempre que este imposto deve ir baixando. Não vão dizer que devia desaparecer, mas à semelhança do que acontece noutros pontos do país, deve ir baixando paulatinamente, até porque, como o senhor Deputado Henrique Estrelinha já disse, existem outras formas de encontrar receita, nomeadamente, através das concessões coisa que ainda está por fazer, mas, sobretudo, porque a cobrança de impostos tem sido consecutivamente superior à previsão. Todos os anos se tem cobrado mais impostos do que aquilo que está previsto, o que significa que se aquilo que está previsto era suficiente para as obras que estão previstas, então havia margem para baixar e, portanto, em relação ao IRS entenderam que deveria haver um sinal de ir baixando porque, também, como sempre diz, esta baixa de IRS beneficiaria todos aqueles que recebem a devolução do IRS porque receberiam mais e todos aqueles que pagam porque pagariam menos e, portanto, em relação aos impostos é esta a síntese da posição do Partido Social Democrata.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que se forem ver as atas o senhor Presidente da Câmara, o ano passado, disse exatamente o mesmo. O cemitério é derrama, a Nossa Senhora da Guia é derrama, é tudo derrama, mas lá não se vê nada a derramar. Está tudo igual, não se mexeu em nada. Disse que o cemitério já está há dez anos para resolver e, se calhar, está há oito anos no orçamento municipal, todos os anos com trinta mil euros. Já foi muito dinheiro que foi para outros lados com a desculpa do cemitério e, agora, está a acontecer o mesmo. Quando falou de uma parte da derrama para a Junta, era uma parte mínima, como acontece com o IMI que recebiam 0,1% do urbano e se for 0,1% da derrama, não era um grande valor, mas ajudava no final do orçamento. Aproveitou para referir que relativamente à derrama, na última Assembleia, pediu uma lista para saber de onde é que vinha a derrama e quais as empresas que pagavam a derrama e ainda não lhe chegou. Na sua perspetiva, quando se fala de impostos em primeiro lugar devemos olhar para as prioridades e em segundo lugar, também, se deve fazer alguma justiça. E aquilo que se recebe de impostos deve retornar e não tem, de certeza absoluta, retornado a Ferrel o que Ferrel tem pago de impostos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Quando se diz que não atraiamos investidores por causa da derrama, ao olharmos para os valores que são pagos pelas empresas percebemos que não é isso que tem peso. O que tem mais peso para procurarem o nosso concelho são as dinâmicas que

podemos criar, a confiança que podemos transmitir e as condições que podemos proporcionar. E é verdade que, aí, ainda há muito para fazer, mas sente essa confiança porque pergunta aos investidores. O concelho de Peniche é um concelho muito apetecível e não só para a hotelaria, mas também é preciso fazer a nossa parte. Quando referiu que nós temos a obrigação de despoletar e de dinamizar o processo da construção do novo hotel, no Porto da Areia Sul, é porque é uma grande oportunidade. Se a Câmara adquiriu a propriedade que adquiriu este ano, foi com esse propósito, se o senhor Presidente da Câmara falou com o proprietário dos terrenos desse espaço para negociar uma permuta foi com essa intenção, se já estavam há algum tempo para discutir com o Conselho de Administração da Docapesca para esse efeito, obviamente, que é esse o objetivo. Se estamos a procurar estimular alguns investidores para que tomem a iniciativa, em relação a um conjunto de propriedades que existem e que ninguém as estava a agarrar para desenvolver projetos, é porque estamos cá para o fazer dentro daquilo que é possível e dentro dos regulamentos que existem.

Tem uma visão diferente, por exemplo, na zona Industrial do Vale do Grou, falaram pelo menos, duas ou três vezes sobre isso com proprietários e, neste momento, considera que se a Câmara não tomar a iniciativa de comprar uma ou duas propriedades ali, dinamizar a construção das infraestruturas e fazer-se acompanhar com empresas que se querem deslocalizar para lá, se não fizermos isso não é tão fácil, mas se fizermos, se calhar, é mais um incremento.

Precisamos dos impostos. Era melhor não haver impostos, mas, acima de tudo, o que se exigia eram as contrapartidas dos impostos que se pagam e que é para ter bons serviços, bons equipamentos e boas terras para viver. Isso é que seria interessante e importante.

Não resistia em responder ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel. Não sabia, naquele momento, quanto é que a Câmara já investiu na aquisição de terrenos. Achava que estava mais uma proposta para reunião de Câmara e achava que faltava só comprar um terreno. Por vezes não conseguem concretizar, mas se depender do Presidente da Câmara não sai do bolo da Câmara, mas do bolo do Município, se depender do Presidente o reservatório de Ferrel será construído ou, pelo menos, ficará muito avançado, ainda, no tempo deste mandato. Está a pressionar, mas, infelizmente, não tinham capacidade técnica para desenvolver todos os processos.

Em relação à questão do IRS mantém a posição que sempre teve, a redução deste imposto beneficia, acima de tudo, quem ganha mais e para quem ganha pouco é residual. Não achava que fosse transcendente, mas, também, achava que era interessante baixar todos os impostos. Lembra que uma das Câmaras Municipais que é apresentada como sendo mais organizada e que se tem desenvolvido mais nos últimos anos, tem os impostos todos no máximo e, de certeza, que aquela população não reclama muito só a oposição, naturalmente. O senhor Presidente de Junta de Ferrel falou no exemplo da Nazaré, mas no jornal da Nazaré uns defendem e outros, também, atacam com os seus argumentos. No caso de Torres Vedras os impostos estão no máximo e achava que não havia nenhuma zona da cidade em que se estaciona e não se paga e ninguém reclama. Mas olhando para a cidade e para os equipamentos e estão sempre com grandes investimentos, porque a Câmara está preparada, vai atrás do prejuízo e está organizada. Achava que quando alguém estiver à frente da Câmara e tiver as escolas todas tratadas e os equipamentos todos tratados e com os espaços tratados, o nosso objetivo é ir ultrapassando e achava que os impostos serviam para isso. Concorda que se tenha de

poupar e que se tenha de fazer uma gestão diferente, esse é um caminho que temos vindo a percorrer.

António Moniz (GCEPP):

Disse que:

Ia procurar clarificar do que se está a falar sobre imposto de derrama, sobretudo, para quem está a assistir e muitas vezes falamos sobre isso e parece que é um imposto que vai onerar as atividades empresariais de modo penalizador para o nosso concelho. Estamos a falar de uma derrama, que não é um imposto, de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, apenas daqueles sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros. Portanto, há aqui condições muito especiais para onde se pode colocar esta derrama, mas são isentos aqueles que não tenham esses Cento e cinquenta mil euros de volume de negócios, não é de lucro, e são isentas as empresas que recentemente se instalaram no concelho, ou seja, 2017, 2018 e 2019. Portanto, não há, de facto, nenhuma penalização para as empresas que queiram vir aqui instalar-se. O ex-Deputado municipal Gonçalo Brás apresentou, numa das primeiras Assembleias Municipais deste novo mandato, um estudo que fez e que mais tarde publicou numa revista científica onde demonstrava não haver uma correlação estatística entre os municípios onde se aplicava estas derramas, com taxas de 1% ou mais, e outros indicadores que eram criações líquidas de empresa cuja taxa de correlação era só 0,2%, era muito baixa. Não havia correlação com o valor acrescentado bruto médio das empresas, nem da criação de novas empresas, ou seja, não existe correlação nenhuma que nos permitia dizer que aos municípios que estavam a introduzir esta derrama, que as empresas vão procurar outras localidades para estarem a investir isso não era verdade, pelo menos em Portugal. Não existe essa correlação, portanto, o valor era baixo.

Estava de acordo com o senhor Deputado Ademar Marques quando refere que a derrama foi introduzida numa circunstância específica, mas, devido ao sistema de financiamento ou à falta de transferência de financiamento para os municípios, continuavam com estrangulamentos importantes do ponto de vista do financiamento. As empresas sabem, também, que este tipo de investimento talvez devesse ser feito de um modo mais claro, mais efetivo e concordou com o senhor Deputado Ademar Marques, para haver investimentos que associem diretamente a ligação com o valor da derrama, mas, de facto, para as freguesias também sabemos que quem vai fazer esses investimentos nas freguesias era, normalmente, a Câmara, mas de qualquer maneira esses valores poderiam ser clarificados nas nossas votações. Apenas para dizer este aspeto que parece importante e que podia clarificar o debate, referindo ou sublinhando que não era verdade que as empresas não invistam devido à existência da derrama no concelho.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Queria deixar algo bem claro em relação à ligação da ciclovia ao Casal da Vala. Em 2016 quando o senhor Presidente da Câmara era o Presidente da Freguesia de Peniche, votou a favor de um investimento de cento e quinze mil euros, portanto, o projeto já existia.

O senhor Presidente da Câmara falou no caso da Nazaré. Perguntou porque é que a Nazaré tinha os impostos no máximo. Porque quando o senhor Presidente Válder Chicharro chegou à Câmara, em 2013, tinha uma dívida de cinquenta milhões de euros e, mesmo assim, definiu uma estratégia que projetou a Nazaré no mundo. Não é só a questão da “Onda”, consegui fazer obra e, portanto, por isso tinha os impostos no máximo. Tinha obra feita, porque a obra não eram só as construções na rua, a obra era muito mais do que isso.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Em relação à Nazaré faz uma declaração de interesses, é muito amigo do Presidente de Câmara e queria que muitos Presidentes fossem como ele porque é uma máquina de trabalho.

Sobre a questão de Torres Vedras disse que se vai à praia de Santa Cruz, via-se os estacionamento, onde é que estava o lixo na praia de Santa Cruz e via-se as obras que se estão a fazer em Torres Vedras à entrada, no meio de Torres Vedras, a questão da mobilidade dentro da cidade.

Relativamente à Nazaré, no mandato, com esta dívida toda que o senhor Deputado Henrique Estrelinha já disse e, por isso, é que tinha os impostos no máximo, pagou treze milhões de euros de dívida, fez obras na marginal toda da Nazaré, reconstruiu os Paços do Município, dinamizou a área industrial de Valado de Frades, vendeu a primeira fase e estava a começar a segunda fase, fez da Nazaré uma marca mundial, não foi só com o surf e com a “Onda”, isto para servir de exemplo. Teve campeonatos nacionais e mundiais de futebol de praia, teve, por exemplo, um Europeu de Andebol com 17 seleções, foram 400 profissionais nos hotéis da Nazaré. Se isto acontecesse em Peniche, achava que as pessoas também pagavam a taxa máxima e não reclamavam.

Ademar Marques (PSD):

Quis apenas dizer ao senhor Deputado António Moniz que ele concordava consigo, mas que ele não concordava nada com o que o senhor Deputado António Moniz disse.

Disse que o senhor Deputado Gonçalo Brás não estava presente, mas iria dizer ao senhor Deputado António Moniz o mesmo que disse ao senhor Deputado Gonçalo Brás quando apresentou o estudo que fez, com uma escolha que fez, com os concelhos que selecionou. O senhor Deputado António Moniz, que é professor universitário, sabe que a escolha dos dados que se vão analisar influencia o resultado. Apenas a escolha dos dados da derrama e do investimento anulava a ponderação da realidade de cada um daqueles concelhos que é fundamental, ou seja, o que disse, respondendo àquilo que o senhor Deputado disse, era que as empresas não faziam contas a três anos e, portanto, fez referência ao facto de haver uma isenção para três anos, que existe, mas era irrelevante porque as empresas, na decisão de investimento, fazem contas a mais anos. Sobre o volume de negócios de cento e cinquenta mil euros, disse que eram muitas as empresas que têm, como o senhor Deputado António Moniz sabia, não estavam a falar de lucros, como também bem disse. O que também disse e, por isso, respondeu ao senhor Deputado Gonçalo Brás que aquele estudo não era sério para aquilo que estávamos a avaliar que é se a nossa realidade comporta ter, também, uma derrama. A nossa realidade já tem coisas

que são más tem outras que são boas, naturalmente, mas tinha algumas coisas que já penalizam os empresários. Portanto, o nosso entendimento, nesta matéria, é que deviam criar as condições para que possamos facilitar a atração de investimento e, por isso, também porque a derrama quando foi apresentada era para ser temporária e continuam a defender que devia ser removida.

António Moniz (GCEPP):

Disse que o senhor Deputado Ademar Marques tinha toda a razão, a escolha podia influenciar as conclusões que obtiveram, mas não se podia esquecer que a escolha foi sobre os concelhos que têm a aplicação da derrama de 1% e nele incluía, já não se recordava se era inclusivamente, a maioria dos concelhos que, ainda por cima, eram do Partido Social Democrata. Disse que não eram só concelhos que seriam da Coligação Democrática Unitária ou do Partido Socialista, portanto, havia concelhos de todas as características políticas de diversidade política e não era por aí, que tinham concelhos maiores, concelhos mais pequenos, tinha uma característica comum que o senhor ex-Deputado Gonçalo Brás utilizou no seu estudo que está, do seu ponto de vista, bem feito e era aceitável, que era os concelhos que tinham a aplicação da mesma derrama que Peniche tinha e, portanto, foi ver nas mesmas condições, o que se passava. Era claro que havia concelhos que eram muito maiores e outros mais pequenos, sem dúvida, mas o senhor ex-Deputado Gonçalo Brás só fez aquele estudo e foi esse o propósito, era por isso que, face ao argumento, dizer que a derrama de 1% podia prejudicar o investimento, não concordava com essa afirmação. Podia discutir, esse era outro aspeto, que eram as condições que podiam ou não existir no concelho. Disse que, provavelmente, são insanáveis algumas divergências, em muitos pontos até estão de acordo que há, de facto, algumas características específicas, do ponto de vista estatístico, das empresas do nosso concelho e da população do nosso concelho, mas, de facto, elas não eram, pelo que pensava, mais importantes do que essa similitude relativamente às características da política da definição dos limites da derrama.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não estava na Assembleia nem para fazer a apologia dos Presidentes de Câmara do Partido Social Democrata, nem para justificar com isso, o facto da sua posição ser esta. A sua preocupação era que, perante a realidade do seu concelho, entende que pouca coisa está na mão da Câmara para fazer, para fomentar o investimento e que a Câmara deve lançar mão de todas as cartas que tem para atrair o investimento. E ninguém o vai convencer, por estudos, os mais bem-intencionados que sejam, ninguém o vai convencer que o facto de haver uma derrama, como o senhor Deputado Gonçalo Brás chegou a afirmar aqui nesta Assembleia, que até fazia com que houvesse mais investimento, o que era completamente irracional. Nenhum investidor, por ir pagar mais impostos, vai investir, ninguém vai investir mais por haver uma derrama e, portanto, aquilo que diz é que, olhando à realidade do nosso concelho e enquanto autarca aqui eleito, era que deviam atrair investimento e, portanto, entendeu que uma das formas de o fazer era eliminar este imposto.

Deliberação n.º 56/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4) e um (1) do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (5):

1. Fixar a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2020, ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
2. Fixar a taxa de 0,325% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2020, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
3. Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, nos termos do fixado no n.º 2 do artigo 89.º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 8 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;
4. Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, nos termos fixados no n.º 2 do artigo 89.º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras e tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 6 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;
5. Fixar as seguintes deduções fixas em euros da taxa de IMI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, ao abrigo do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro:

<u>N.º de dependentes a cargo</u>	<u>Dedução Fixa da Taxa</u> <u>IMI</u>
Um dependente	20 €
Dois dependentes	40 €
Três ou mais dependentes	70 €

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO DE PENICHE, RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO 2020:

Tendo a apreciação do segundo ponto da ordem do dia sido feita no ponto anterior, a Assembleia Municipal passou à sua votação.

Deliberação n.º 57/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pela Coligação Democrática Unitária (4) e um (1) do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (5), que a participação no Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2020, para inclusão no orçamento municipal de 2021, seja de 5% (cinco por cento).

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, PARA O ANO DE 2020:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o PS vai apresentar uma declaração de voto relativamente ao IMI e ao IRS e que o próprio vai apresentar uma declaração de voto, a título individual, relativamente ao seu voto contra a derrama.

Maria João Avelar (PSD):

Fez a sua declaração de voto por todos estes impostos, a explicar porque se absteve em dois, relativamente ao IMI e ao IRS, e porque votava contra a derrama. Tal qual como o senhor Presidente da Câmara diz e que a própria subscreve, os impostos são uma parte fundamental que suportam as políticas que se pretendem fazer para uma terra e para um território que se pretende ser desenvolvido e que se pretende ter sustentabilidade. Disse que qualquer sinal que se dê aos investidores, era um sinal muito relevante. Tinha jurado para si, que não ia dar mais para este peditório e por isso, não interveio no debate, mas deixava claro nesta declaração de voto que, realmente, qualquer sinal negativo para os investidores num concelho que está a sentir uma falta de investimento enorme, quer público, quer privado e até sublinhava mesmo mais o privado, porque o público era o que sabemos que tem que ser e tínhamos limitações e, portanto, tinha que sublinhar que a atração de investimento privado em muitas áreas, não só naquelas que estavam habituados e que estão focalizados, mas em muitas áreas, o investimento privado é fundamental neste concelho. E como entende que isso era tão relevante porque é a base, efetivamente, tal como o senhor Presidente, e sublinhou que tinha toda a razão, era uma base para terem políticas interessantes de desenvolvimento do território e como achou que isso era tão importante, qualquer sinal negativo que se dê aos investidores, é mau e não era a receita da derrama, como todos diziam que é tão pequena, que se calhar estava a dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento. O que dá sustentabilidade ao nosso desenvolvimento é a atração de investimento em muitas áreas e, não que estivesse contra o Turismo, para além do Turismo.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Fez a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

Enquanto não for enquadrado um apoio às Juntas de Freguesia por mais pequeno que seja, estarei contra. Porque se este imposto vem de empresas que pagam impostos sobre o seu lucro, as juntas têm que ser também abrangidas ainda que pouco que seja, porque as Juntas de Freguesias dão muito e em alguns casos tudo o apoio a muitas empresas, pois estas quase sempre não podem esperar pela Câmara;»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte declaração de voto:

«Declaração de voto

O PSD Peniche tem sido absolutamente coerente nas suas posições ao longo destes dez anos em matéria de impostos. Não votou sempre da mesma forma, mas foi sempre coerente na forma como votou. Defendemos que os impostos devem baixar sempre que é possível baixar porque são um dos poucos instrumentos que os Municípios dispõem para poder influenciar positivamente a economia local.

A derrama foi imposta enquanto instrumento para o Município ter receita para fazer face ao desequilíbrio financeiro que existia em 2011. A derrama era transitória porque, devido à sua localização geográfica, Peniche já tem um desincentivo ao investimento devido à sua localização. Por isso o Município deveria eliminar outros desincentivos e um deles é a derrama.

As empresas não fazem cálculos a três anos de isenção, fazem cálculos ao retorno de investimento a 10/20 anos. O facto de haver uma derrama é penalizador na decisão de investimento.

O PSD é contra a derrama porque entende que o Município deve fomentar o investimento e que uma das poucas formas que tem de o fazer é baixar nos impostos de uma forma justa.»

Deliberação n.º 58/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8) e pela Coligação Democrática Unitária (4), cinco (5) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (4) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (1) e oito (8) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (1):

1. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2020, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
2. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
3. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2017, 2018 ou 2019, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TERCEIRA REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE (MODIFICAÇÃO 20), PARA O ANO 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que esta revisão, no fundo, é a revisão que habitualmente se faz no final do ano, uma vez que existiram muitas obras que estavam previstas e que não foram realizadas, e para termos uma execução orçamental na ordem dos 85%, é necessário fazer esta revisão da receita e, portanto, era isso que estava patente.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, normalmente, isto era feito depois da aprovação do orçamento.

Deliberação n.º 59/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, aprovar a terceira revisão aos Documentos Previsionais Município de Peniche (modificação n.º 20), para o ano de 2019.

Os originais dos documentos referentes à terceira revisão aos Documentos Previsionais Município de Peniche (modificação n.º 20), para o ano de 2019, ficaram arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA - EDIFÍCIO CTT:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a explicação estava na fundamentação, mas, no essencial, com a alteração que houve e com a falta de capacidade ou de oportunidade para intervir no resto do edifício dos Vallas onde se pretende criar melhores condições ou no edifício da Junta de Freguesia, entendeu-se que deveríamos dar este apoio à freguesia, que solicitou e que concordámos e fizemos esta proposta.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Perguntou ao Executivo da Câmara, uma vez que este edifício dos Vallas foi comprado no último mandato, para quando está previsto o projeto de recuperação daquele espaço. Se não esta renda vai estar no ativo até o edifício ser recuperado. Estamos a falar de um montante que já vai em quase três mil euros e se passar mais um ano, serão quatro mil euros, se passarem mais dois, serão oito mil euros. Queria que a Câmara

percebesse que isto era uma situação transitória e pontual e era importante que se comesse a pensar na requalificação daquele espaço, porque se não estávamos a ter uma questão de uma aprovação em Assembleia Municipal de uma verba que pensamos que é transitória e gostaria que não se transformasse em definitiva.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que os mais interessados, provavelmente, seriam a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Esta situação está dependente de um setor que são dois técnicos, no essencial, que acompanham coisas a mais. Um engenheiro e uma engenheira que têm as candidaturas, têm os concursos, têm as empreitadas, têm os licenciamentos de abertura de valas, têm coisas a mais. A Câmara não tem ninguém. Esperamos ter a oportunidade de alterar, também, esse setor quando for possível, mas estas duas empreitadas serão lançadas assim que haja possibilidade. Tal como estavam outras três, no mesmo setor, referindo-se à Rua D. Francisco Coutinho, Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel e à Rua Principal da Bufarda que estavam "afuniladas", estavam em lista de espera e espera, no princípio do ano, conseguir lançá-las e se as conseguirem lançar, provavelmente, se tiverem capacidade financeira para o fazer estas obras de que estavam a falar serão por empreitada, será o segundo procedimento ou o terceiro.

Deliberação n.º 60/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Atouguia da Baleia no valor, mensal, de 354,00€, para comparticipação das rendas pagas pela Freguesia do espaço onde se situa o posto de correios de janeiro de 2019 até conclusão das obras de requalificação do edifício dos Vallas.

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA, PARA CONSTRUÇÃO DE MURO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE ATOUGUIA DA BALEIA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 61/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a cedência de material à Freguesia de Atouguia da Baleia, no valor de 2.562,50€ acrescido da taxa de Iva em vigor, para execução do projeto "Construção de Muro de Ampliação do Cemitério de Atouguia da Baleia".

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DA SERRA D'EL-REI - MERCADO DA SERRA D'EL-REI:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 62/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia da Serra d'El-Rei, no valor de 15 000,00 €, para comparticipação da construção do "Mercado Serra d'El-Rei".

8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DE ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO E OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse que se pretende atualizar o regulamento das atividades de apoio à família. O regulamento atualmente em vigor prevê apenas o apoio na Educação pré-escolar da rede pública. Passamos a integrar o 1º ciclo também, portanto, as atividades de animação e apoio à família das crianças que são referentes ao pré-escolar e a componente de animação à família são do 1º ciclo. Em termos de grandes diferenças, passamos a detalhar o serviço e depois são contemplados a componente do acolhimento.

Deliberação n.º 63/2019: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar o projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família de Crianças da Educação Pré-Escolar, da componente de apoio à família de alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da rede pública de ensino e ocupação de tempos livres.

9) NOMEAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Em relação a este ponto, disse que já abandonou mais um elemento esta Comissão por ter emprego noutra instituição e não ter disponibilidade. Disse que já contactou o responsável do grupo, o senhor Deputado Ademar Vala Marques, para indicar um outro nome para esta equipa. Disse que se assim o entenderem, iríamos

aprovar os seguintes nomes propostos pelo PS: Ana Maria Varela Pena, e proposto pela CDU, Carlos Manuel Silva Leite Costa.

Tiago Gonçalves (PS):

Solicitou escusa de intervir nesta votação.

Deliberação n.º 64/2019: Submetida a proposta a votação secreta, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no na alínea l) do número único do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por maioria, com vinte (20) votos a favor, três (3) votos contra e um (1) voto em branco, designar os cidadãos que adiante se indicam para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche em modalidade alargada: Ana Maria Varela Pena (Indicada pelo Partido Socialista) e Carlos Manuel Leite Costa (indicado pela Coligação Democrática Unitária).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 65/2019: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de novembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária de novembro de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)